

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1989)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1998)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTIANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

A Saúde como vergonhosa moeda de troca



A desorganizada liberação de emendas com dinheiro do Ministério da Saúde escancara a incapacidade do governo de dialogar com o Congresso fora da lógica do toma lá dá cá

Se ainda era possível notar algum suspiro de articulação política do governo para fazer valer sua agenda no Congresso, agora não resta dúvida: está confirmada sua escandalosa incapacidade de lidar com parlamentares sem que precise lançar mão da farta distribuição de verbas do Orçamento. É o que se conclui da velocidade e do volume da destinação de recursos não obrigatórios do Ministério da Saúde para atender congressistas. Conforme mostrou o *Estadão*, dos R\$ 21 bilhões em recursos não obrigatórios liberados nes-

se ano, nada menos que R\$ 12,8 bilhões se destinaram a emendas individuais (indicadas por deputados e senadores) e emendas de bancada (indicadas pelo conjunto de parlamentares de cada Estado). Não se trata, porém, da única conclusão diante da fatura. Esse vale-tudo – ainda que não seja ilegal nem surpreendente – se mostra politicamente questionável e moralmente duvidoso, além de ser inaceitável numa área repleta de carências impostas a quem precisa do Estado para cuidar da saúde.

Responsável pela articulação política do governo e, como tal, liberador-ofi-

cial de emendas parlamentares, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, ainda se gabou do triunfo orçamentário, como sinal de compromisso com o Congresso: “Estamos fechando o dia de hoje, 30 de abril, com um recorde de publicação de emendas de emendas parlamentares. Ultrapassamos R\$ 14 bilhões. (...) O Ministério da Saúde foi o campeão nesse empenho”, disse o ministro, em referência ao fatídico dia em que quase R\$ 5 bilhões foram liberados, feito que ajudou a alcançar o mencionado recorde. Resta re-fletir os termos, o custo e as consequências desse compromisso. Longe de configurar a eficiência de gestão de que se jactou Padilha, tratou-se de um flagrante agrado a parlamentares queixosos que, sob a liderança do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), haviam empreadado o governo.

Padilha, o Ministério da Saúde e a ministra Nísia Trindade têm estado no epicentro da crise de relacionamento entre o Congresso e o governo. Deflagrou-se um tiroteio contra Nísia, motivado menos pela preocupação com a saúde pública e muito mais pelo repasse de verbas parlamentares atreladas aos recursos da pasta. Apesar dos vícios de origem, os ataques ajudaram a descortinar malfeitos, entre os quais problemas na gestão dos hospitais federais no Rio de Janeiro, deficiências no enfrentamento da dengue e inépcia diante da emergência sanitária do povo yanomami. A chantagem explícita já surtiu algum efeito: como também revelou o *Estadão* em abril, R\$ 8,2 bilhões foram repassados a Estados e municípios em 2023 fora dos controles republi-

canos. São recursos que seguem direto do caixa da União para prefeituras e governos estaduais, sem muito controle externo. Mais grave: alguns entes agraçados com repasses milionários não tinham sequer capacidade material para dispor de tanto dinheiro, enquanto outros ficaram sem recursos, evidência de que critérios técnicos foram substituídos pela conveniência política.

Nada haveria de errado, nos repasses de 2023 ou na distribuição de recursos deste ano, se o dinheiro tivesse chegado aos seus destinos para viabilizar projetos bem planejados e implementados. Também seria legítimo se o manejo do Orçamento federal se desse com base em genuíno diálogo político entre Executivo e Legislativo, no respeito às relações federativas e, sobretudo, se fosse controlado, executado e fiscalizado de forma técnica e transparente. Não é o caso.

Não se ignora aqui que boa parte dos problemas que regem as relações entre o Executivo e o Legislativo é anterior ao atual governo. Lula precisa lidar tanto com uma base parlamentar frágil como também com as prerrogativas de congressistas sobre o Orçamento, que tornam refém qualquer presidente da República. Negociar apoio, nessas condições, requer um esforço que vai além do convencimento sobre boas políticas. O problema é de outra ordem: é a liberação desorganizada, sem critérios e nada transparente, das emendas parlamentares, o mau uso de uma área sensível para obter dividendos políticos e o indefensável toma lá dá cá à custa da saúde da população. Nenhum governo pode se gabar disso. ●

STF não é bedel do jornalismo profissional

Ao lidar com um caso de mau jornalismo praticado por um jornal de PE, a Corte não deveria ter fixado tese de repercussão geral. Tendo feito isso, que ao menos seja mais objetiva

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin recebeu em audiência, no dia 29 passado, representantes das principais associações de jornalistas e veículos da imprensa profissional do País. O encontro foi para tratar dos embargos de declaração, ora sob a relatoria de Fachin, interpostos por essas associações num processo movido originalmente contra o *Diário de Pernambuco* que culminou na responsabilização civil de jornais, revistas, emissoras de rádio e canais de TV, entre outros veículos, pelo que é dito por seus entrevistados – notadamente por eventuais mentiras ou acusações falsas que profiram contra terceiros.

Convém relembrar o caso. Em 1995, o *Diário de Pernambuco* publicou

uma entrevista do delegado Wandenkolk Wanderley na qual o policial acusara o ex-deputado Ricardo Zaratini Filho (PT) de ter participado do atentado a bomba no Aeroporto dos Guararapes, no Recife, em 1966. Zaratini Filho, falecido em 2017, processou o jornal à época sustentando que a acusação que lhe fora imputada era “sabidamente falsa”. Ademais, alegou que o jornal não lhe dera o devido espaço para resposta.

O pleito do ex-deputado petista foi negado na primeira instância, mas o processo chegou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em Brasília, Zaratini Filho obteve êxito. E foi precisamente contra essa decisão do STJ que o *Diário de Pernambuco* recorreu ao Supremo, sob o argumento de que a punição que sofrera pela injusta acusação feita por

Wandenkolk representava “cerceamento da liberdade de imprensa”.

No caso particular do *Diário de Pernambuco*, a acusação veiculada contra Zaratini Filho era mesmo sabidamente falsa. Estava-se diante, portanto, de mau jornalismo. Mas o Supremo não se restringiu a analisar apenas a conduta do veículo pernambucano. A Corte fixou uma tese com repercussão geral, arvorando-se, desse modo, em espécie de bedel do jornalismo profissional. Eis o problema.

A tese fixada pelo STF é vaga demais. Por maioria, os ministros da Corte asseveraram que uma empresa jornalística é passível de punição civil se restar comprovado que, “na época da divulgação da entrevista, já se sabia, por indícios concretos, que a acusação (feita pelo entrevistado) era falsa e a empresa não cumpriu o dever de cuidado de verificar a veracidade dos fatos e de divulgar que a acusação era controversa”. Tal como vai escrita, a tese, de fato, abriu um perigosíssimo espaço para o cerceamento da liberdade de imprensa no País. E não porque o STF seja hostil à liberdade de imprensa – de resto, um pilar democrático protegido pela Constituição de 1988 como cláusula pétrea –, mas porque a tese é mesmo obscura.

Nesse sentido, é plenamente justificável a premência desse encontro, solicitado pelas associações jornalísticas,

com o ministro Fachin – ao final do qual também foram recebidas pelo ministro presidente do STF, Luís Roberto Barroso. Quanto antes as omissões, obscuridades e contradições da tese forem esclarecidas, tanto menor será o espaço para uma interpretação enviesada que possa, eventualmente, comprometer a livre atuação dos veículos jornalísticos no País. Ocioso dizer o quanto a sociedade sai perdendo com uma imprensa acanhada por um justo receio de vir a sofrer punições por conta dessa falta de clareza do STF.

Afinal, o que são “indícios concretos”? Como apurar a “veracidade dos fatos” no caso de acusações feitas por um entrevistado que ainda nem sequer se tornaram objetos de investigação? Como realizar uma apuração desse nível durante entrevistas ao vivo? São questões urgentes que já levantamos neste espaço (ver *O STF e a imprensa responsável*, 1/12/2023), cujas respostas vão definir se a imprensa haverá de seguir plenamente livre como assegura a ordem constitucional vigente.

Como se vê, não é nem um pouco trivial o que está em jogo na análise desses embargos declaratórios. Não por acaso, esse recurso mobilizou não uma ou outra associação, mas praticamente todas as entidades de representação do jornalismo profissional no Brasil. ●